

A proposta de plano(s) pré-formatado(s) para um gênero aplicada a um caso de intertextualidade¹

The proposed pre-formatted plan(s) for a genre applied to a case of intertextuality

Evandro de Melo Catelão²

evandrocatelao@gmail.com

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Mônica Magalhães Cavalcante³

monicamc02@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

RESUMO - Os estudos de Jean-Michel Adam contribuíram, nas últimas décadas, para muitas distinções analíticas no campo da linguística textual. Conceitos como os de sequências e plano de texto, entre outros, são retomados com frequência para estudos, principalmente aqueles relacionados com questões envolvendo os gêneros discursivos. Nesses limites, este artigo objetiva descrever os principais pontos apresentados pelo autor para os conceitos de sequência, plano de texto e gênero, inter cruzando uma apresentação da reedição (2017) de *Les textes, types et prototypes* do autor com parte de pesquisa de pós-doutorado que trata de uma possível definição de plano pré-formato para um gênero. Utilizamos para exemplificação e análise um esquema analítico criado com base nos conceitos do autor e na definição de gênero do discurso em Bakhtin. A proposta criada possibilitou uma análise em diferentes níveis, delineando aspectos mais centrais ao estabelecimento de um plano pré-formatado para certos gêneros com marcas de plano de texto fixo e/ou indicação de intertextualidade.

Palavras-chave: planos pré-formatados, gêneros, intertexto, fábulas.

ABSTRACT - The studies of Jean-Michel Adam have contributed to many analytical distinctions in the field of textual Linguistics in the last decades. Concepts such as sequences and text plans, among others, are frequently taken up by studies mainly related to questions involving discursive genres. In these limits, this article aims at describing the main points presented by the author for the concepts of sequence, text plan, and genre, intersecting a presentation of the author's reprint (2017) of *Les textes, types et prototypes* with a post-doctoral investigation that deals with a possible definition of a pre-format plan for a genre. For exemplification and analysis, we use an analytical scheme created on the basis of the concepts of the author and the definition of the genre of discourse by Bakhtin. The created proposal allows for an analysis at different levels, delineating more central aspects to the establishment of a pre-formatted plan for certain genres with fixed text plan marks and/or indication of intertextuality.

Keywords: pre-formatted plans, genres, intertext, fables.

Introdução

Três décadas após sua primeira edição, a obra *Les textes types et prototypes* de Jean-Michel Adam aparece em sua mais nova edição, reformulada e renovada tendo em vista o desenvolvimento da própria teoria do autor. Adam (2017) apresenta a teoria das sequências originalmente editada em 1992, agora revisada com o objetivo,

segundo o próprio autor, de eliminar ambiguidades que persistiram nas edições anteriores.

Para as pesquisas brasileiras, sua reedição representa desde uma apresentação de respostas a questões que foram debate na leitura das edições anteriores, como também chance de redescobrir ou saber mais sobre a teoria que deu origem à noção de sequência e se desenvolveu em um esquema analítico em duas projeções: campo de

¹ Apoio: Capes.

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, 80230-901, Curitiba, PR, Brasil.

³ Universidade Federal do Ceará. Av. da Universidade, 2853, Benfica, 60020-181, Fortaleza, CE, Brasil.

análise textual e campo de análise de discurso. A teoria das sequências, muito empregada e/ou adaptada para o contexto brasileiro, é citada por diferentes pesquisadores da área de estudo do texto como forma de ajudar na compreensão das unidades composicionais dos textos (campo textual). As questões envolvendo gêneros são articuladas no campo discursivo, trazendo múltiplas relações para o estabelecimento de unidades mais complexas, denominadas como planos de texto (fixo ou ocasional).

Nessa visão, este artigo visa realizar uma apresentação da obra de 2017, descrevendo os principais pontos apresentados pelo autor no que diz respeito aos conceitos de texto, gênero e sequências. Mesclamos e inter cruzamos essa apresentação com parte de pesquisa de pós-doutorado que trata da noção de plano de texto, utilizando como foco um caso de intertextualidade para aplicação de um esquema analítico criado para o que chamamos de plano(s) pré-formatados para um gênero. Parte dos resultados dessa proposta aparece na análise de um caso de intergenericidade, discutido com base em Adam (2011, 2017); Bakhtin (1992); Rojo e Barbosa (2015); Marcuschi (2005); Gignoux (2005), entre outros.

Contextualização: sequências, tipologias e gênero

Desde sua primeira edição, a obra *Les textes: types et prototypes* obteve uma vasta repercussão em suas diferentes esferas de circulação. Pensando somente no contexto brasileiro, a teoria das sequências rendeu traduções livres de partes dos modelos de análise, apropriações em pesquisas acadêmicas, adaptações para o espaço escolar, além de citações em diferentes obras (Wachowicz, 2010; Meurer *et al.*, 2015). Falar em sequências representou uma mudança da visão do texto em seus aspectos composicionais, ajudada principalmente pela adoção em massa da teoria dos gêneros do discurso “adaptada” ao ensino na década de 1990. A ampla repercussão da teoria das sequências é indicada pelo próprio autor em sua justificativa de reedição, segundo Adam (2017), a nova obra revista tem por fim eliminar ambiguidades que ficaram nas edições anteriores, ambiguidades estas que contribuíram para algumas críticas em torno de seu modelo.

Nesse sentido, ele lembra seu objetivo inicial que era desenvolver um protótipo de configurações pré-formatadas contra a excessiva quantidade de tipologias textuais, chegando aos cinco tipos base que equivalem a cinco tipos de relações macrossemânticas de base (Adam, 2011, 2017). A quarta edição traz parte da teoria que foi desenvolvida e repensada em outras obras, entre as quais a edição de 2011 de *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*, em sua edição brasileira. Em síntese, seu prefácio da quarta edição destaca o profundo desenvolvimento da linguística de texto em todo o mundo, deixando de lado categorias como gramática de

texto e tipologias de texto e absorvendo cada vez mais os conceitos de gênero, texto e discurso. Adam (2017, p. 16) ressalta que a quarta edição não está dedicada aos gêneros do discurso (assim como outras obras não tinham esse objetivo), mas às unidades e elementos textuais.

Minha hipótese da existência de um pequeno número de tipos sequenciais de base – tipos monogeridos *narrativo, descritivo, argumentativo e explicativo*, e tipo poligerido *dialogal* – tem por objetivo descrever o fato de que os textos são frequentemente compostos de fragmentos de vários tipos mais ou menos articulados entre eles: presença de *descrição* e/ou de *diálogo* em uma narrativa, de *argumentação* em um *diálogo*, de *narrativa* em uma *explicação*, etc. (Adam, 2017, p. 16, tradução nossa).

Contudo, é possível observar que ele não desconsidera no momento das descrições elementos e/ou características próprias dos gêneros, como sua heterogeneidade constitutiva. Esse aspecto justifica sua observação posterior com uma citação de Bronckart (1997 *in* Adam, 2017) de que os textos apresentam profunda variedade composicional, segmentos e estatutos. Assim conclui que as tipologias fundadas sobre um critério de genericidade são muito mais pertinentes do que o conceito de tipologia textual ou gramática de texto, pois é o gênero discursivo que determina a composição dos textos. “Os gêneros de discurso são os únicos fatores de alto nível suscetíveis de ser categorizados” (Adam, 2017, p. 18, tradução nossa).

Quadro teórico de uma tipologia sequencial: tipos de texto ou gêneros de discurso

O conceito bakhtiniano de gênero perpassa a introdução da obra (Adam, 2017), mostrando certa ênfase do autor na consideração desse conceito no desenvolvimento da teoria do texto que possibilitou, segundo Adam (2017, p. 27), logo em seu início, uma mudança de paradigma da competência linguística dos sujeitos guiada pela frase para “os tipos relativamente estáveis de enunciados”, situando a extrema mobilidade e diversidade presente nessa noção e visível nos discursos mais elementares de nosso cotidiano. Indo mais a fundo nos pressupostos de Bakhtin, o autor descreve o contexto geral relativo aos gêneros, citando, por exemplo, as especificidades das esferas de circulação e seus próprios elementos configuracionais (tema, estilo), seguindo pela descrição das propriedades mais elementares dos gêneros discursivos e de agrupamento entre os primários e secundários.

Essa contextualização delinea agrupamentos de gêneros segundo características tipológicas de forma, por exemplo, aproximar conto e fábula do tipo narrativo, ou a entrevista e o teatro do tipo dialogal. Em resumo, seu foco está na distinção entre tipos de texto e gêneros de texto, a qual passou por diferentes delimitações desde a década de 1970 até os dias de hoje. Para essa distinção entre tipo e gênero, cita o quadro sinóptico de Marcuschi (2005,

p. 22) que, em síntese, coloca o “*tipo textual* para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela *natureza linguística* de sua composição” a que abrange “cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção”, e trata os gêneros textuais como “noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características *sociocomunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica”.

Dessas descrições o autor chega às escolhas teóricas e terminológicas “texto” e “gênero”: *texto* – traçado linguístico de uma interação social, uma materialização semiótica de uma ação sócio-histórica da fala, pela qual a narração, a descrição, a argumentação, a explicação e o diálogo são as formas de condução discursiva; *gêneros* – padrões sociocomunicativos e sócio-históricos que os grupos sociais utilizam para organizar as formas de linguagem e seu discurso. Para Adam (2017), não há texto sem gênero e é pelo sistema de gênero de dada formação sócio-histórica que a textualidade se junta à discursividade.

Particularmente, o autor faz ainda a distinção de três categorias complementares para as realizações textuais e discursivas: em primeiro lugar, o protótipo das cinco sequências de base; em segundo lugar, o con-

ceito de *gênero de discurso*, “categorias fundadas sobre as práticas e as formações discursivas” (2017, p. 37, tradução nossa), como exemplo os gêneros do discurso jornalístico, filosófico, publicitário, escolar, etc.; e, por fim, os *gêneros de texto*, que, segundo Adam, “cruzam as duas primeiras categorias e permitem distinguir, sobre as bases linguísticas, os gêneros *narrativos*, como a fábula, o conto, a anedota” (p. 37, tradução nossa); os *descritivos*, como a lista de compras e a descrição ambulatorial; os *argumentativos*, como o ensaio, o debate político, etc.; os *explicativos*; os *dialogais* e os que o autor chama de *gêneros de incitação à ação* (Adam, 2017, p. 37).

Dessa caracterização, o autor delimita seu já conhecido arcabouço de análise em dois planos: o textual e o discursivo, com um pouco mais de detalhamento dos níveis de análise se comparado com o esquema da obra de 2011 (Figura 1).

Segundo Adam (2017), seu esquema integra os três componentes do gênero considerados por Bakhtin: composição (N5), tema (N6), estilo (N4). As questões enunciativas e polifônicas ficam localizadas no nível (N7), assim como o componente interacional de sua teoria social do discurso em (N8), e na parte superior do esquema (N1, N2, N3). Para o autor, os cinco componentes não estão hierarquicamente ligados, mas interligados de maneira sistemática e de acordo com o texto produzido, conside-

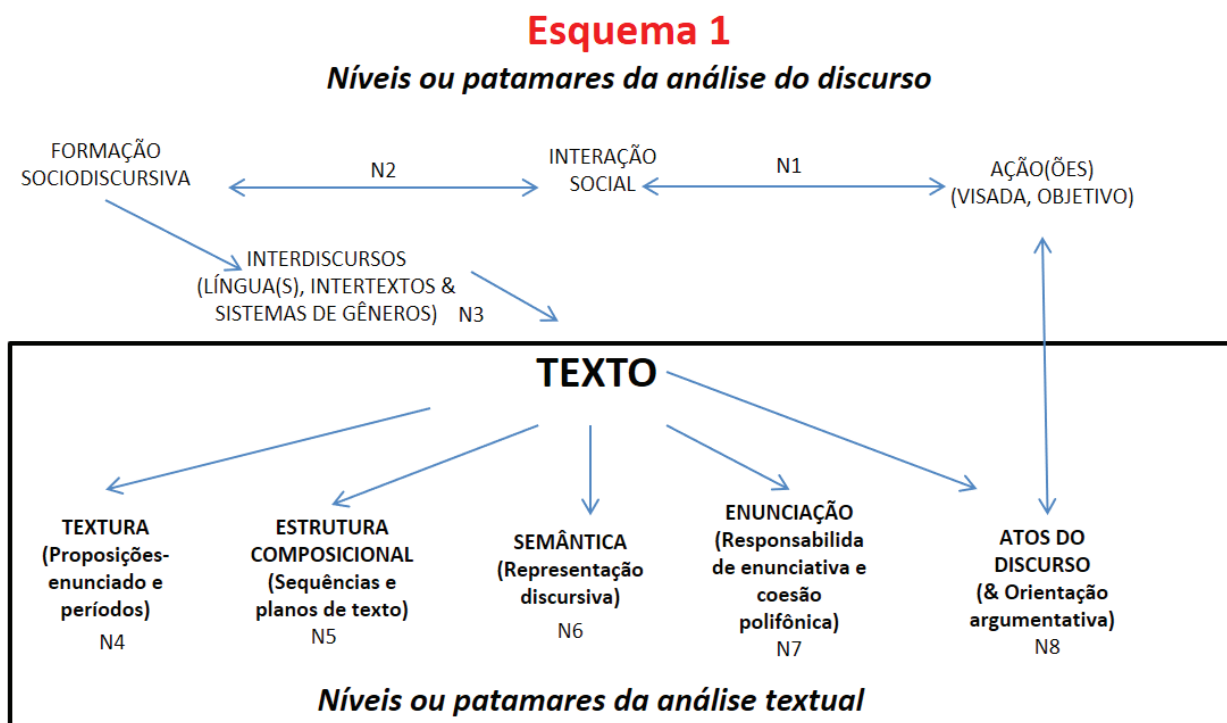


Figura 1. Esquema de análise em Adam (2017, p. 38).

Figure 1. Analysis approach in Adam (2017, p. 38).

rando também certa dominância de um ou de outro em determinada circunstância ou parte de texto.

Ainda para o esquema, Adam (2017) ressalta que nenhum dos níveis apresentados permite acesso direto ao texto, incluindo o nível N5. Seu quadro teórico resumido pelo esquema é descendente, sendo os gêneros e a interação discursiva os elementos de destaque. Frisa o autor: “Os módulos N4 a N8 são complementares e nenhum constitui, isoladamente, uma base de tipologia passível de dar conta integralmente de todos os aspectos da textualidade e de todos os tipos e textos” (Adam, 2017, p. 39, tradução nossa). Destaca ainda que tal modularidade é certamente responsável pelo fato de não podermos atribuir a algum tipo de sequência uma distribuição rigorosa de marcas morfossintáticas.

Essas demarcações remetem ao objetivo da obra de eliminar o que o autor chama de ambiguidade e descrever mais claramente a perspectiva na qual as sequências estão fundadas. Assim, o autor é pontual ao destacar que falar em tipologias de categoria textual não seria pertinente (justificativa para o modelo das sequências), pois “a unidade empírica ‘texto’ é por demais complexa e por demais heterogênea para apresentar suficientemente regularidades linguisticamente observáveis e codificáveis que permitam definir os tipos” (Adam, 2017, p. 40, tradução nossa).

O nível composicional N5: sequências e plano de texto

A transformação textual em unidades cada vez mais complexas obedece, segundo o que demonstra o autor, primeiro, à ligação entre palavras com a formação das chamadas proposições enunciadas (unidade textual de base - Adam, 2011) que tendem a agrupar-se nos dois tipos de unidades textuais subsequentes, os períodos e as sequências (agrupamentos particulares de proposições-enunciadas). Analiticamente, a noção de proposição enunciada serve para marcar que a unidade textual mínima carrega ligação com cotexto anterior e posterior, além de três dimensões complementares: *responsabilidade enunciativa (N7)* (ponto de vista - quem e o que é dito); *referência como representação discursiva (N6)* (conteúdo proposicional); *valor ilocucionário (N8)* (potencialidades argumentativas dos enunciados), como apresentado por Adam (2017), essas três dimensões são complementares na cadeia pertencente ao texto, como representado no esquema apresentado na Figura 1.

Os períodos (textura – N4) são descritos em Adam (2011) como unidades mais frágeis que as sequências, que entram diretamente na composição de partes de um plano de texto, não tendo assim estrutura marcada. Há

dois tipos de período: primeiramente, estruturas rítmicas sem conectores empregadas em poemas e textos marcadamente poéticos; depois, períodos organizados em torno de conectores que delimitam ligação por significante, paralelismo, repetição lexical e sintática como, por exemplo, a repetição de um tempo verbal, de um substantivo, que juntos dão unidade ao texto. Exemplificando os períodos, Adam (2008, p. 374, grifos do autor) afirma que eles resultam das mais variadas formas principais de ligações: as *ligações rítmicas de proposições* (por retomadas de fonemas/grafemas, lexemas, sintagmas inteiros), as *ligações léxico-semânticas* (paralelismos, quiasmas, antíteses), as *ligações por conexão* (asseguradas por conectores). Dois tipos de pacotes de proposições devem ser considerados: os empacotamentos não (ou fragilmente) moldados, que formam simples períodos, e os empacotamentos sob a forma de *macroproposições*, que entram na constituição das sequências.

Como observado na citação dos autores, as sequências (estrutura composicional juntamente com o plano de texto – N5) representam nos textos unidades textuais mais complexas, compostas de macroproposições ou espécies de períodos com propriedades específicas (ou marcadas prototipicamente) de ligação com outras macroproposições. A organização presente nas sequências configura uma espécie de rede hierárquica cujas partes podem ser identificadas e decompostas por serem relativamente autônomas.

O texto, então, pode ser (e é na maioria dos casos) composto de um número de sequências diferentes, mas interligadas segundo a natureza composicional exigida para a ação de linguagem a ser executada. As macroproposições – nível N8 – [tipo de período mais complexo] que entram na composição de uma sequência dependem de combinações pré-formatadas de proposições, também definidas como macroações sociodiscursivas: narrar, descrever, argumentar e explicar. Dito de outra forma, as sequências textuais são, em sua gênese, provenientes de nossas capacidades (cognitivas e pragmáticas) mais fundamentais e que coocorrem em nossas ações interpessoais, sendo memorizadas por impregnação cultural. Essas diferentes combinações (‘narrativa’, ‘argumentativa’, ‘explicativa’ e ‘descritiva’) representam *atos de discurso não-primitivos*⁴, intermediários entre o objetivo primário de uma asserção (ação de discurso), como o partilhar de uma crença, e seu objetivo último é convencer o outro e provocar o fazer.

Complementando esse quadro, o ‘diálogo’ é articulado por atos primitivos de força primária por ter uma posição poligerida, ou seja, sem controle de falas, porque o texto pode ser construído em duas direções/vozes. Essa

⁴ O autor alerta que as teorias clássicas dos atos de discurso não permitem uma descrição das macroações sociodiscursivas (narrar, descrever, argumentar e explicar), discutidas na formulação da noção de sequências.

posição é particular em relação às outras sequências (narrativa, argumentativa, explicativa e descritiva) que são monogeridas. Refletindo sobre práticas discursivas orais e escritas, “em uma situação oral, o modo composicional dialogal-convencional estende sua hegemonia sobre todos os outros modos de composição” (Adam, 2011, p. 253), uma vez que oralmente construímos o contexto necessário ao entendimento do discurso e temos ali representadas as figuras de interação. Para os textos escritos, cria-se o que se denomina ambiente transacional para uma sequência dialogal elementar, idealizada com base no encadeamento de respostas das personagens. Com a dialogal, chegamos às *cinco sequências base* correspondentes às relações macrosemânticas memorizadas por impregnação cultural⁵: dialogal, argumentativa, descritiva, explicativa e narrativa.

Há autores que consideram ainda como sequência a injunção, porém, vale lembrar que as construções injuntivas não são caracterizadas por Adam como sequência. Textos instrucionais como receitas de culinária, guias de TV, manuais de instrução, horóscopo, por mais que apresentem regularidades microlinguísticas, essas regularidades estão, segundo Adam (2017), mais condicionadas pelo gênero em que o texto se enquadra. São textos com estrutura própria, caracterizáveis por meio de explicações e descrições, o que não justificaria propor, dessa forma, mais uma classe sequencial. Sobre o assunto, o autor apresenta um capítulo à parte na obra de 2017, que é foco para outro estudo nosso.

Retomando o esquema, no nível N5, o plano de texto aparece como imediatamente posterior ao dos períodos e das sequências e é ligado ao regime dos gêneros no campo discursivo. Para o autor, “o reconhecimento do texto como um todo passa pela percepção de um plano de texto, com suas partes constituídas, ou não, por sequências identificáveis” (Adam, 2011, p. 255), ou seja, a visão do todo é inseparável da compreensão das partes, o que significa reconhecer a existência de uma unidade composicional maior, um plano de texto. Dois tipos de operação fazem do texto um todo configurado: a unidade temática global (semântica) e a unidade ilocucionária (pragmática), ou seja, os valores pretendidos pelo autor na construção do texto e que, segundo o discutido para as sequências, perpassa as macroações sociodiscursivas, agora com união de sequências.

A definição de plano de texto traz uma importante consideração sobre as questões composicionais dos textos. O *plano de texto* (PT) desempenha papel essencial na composição macrotextual do sentido. Em uma comparação com o plano retórico da *disposição*, o autor assinala que o exórdio, a narração, a confirmação e a peroração (elementos do corpo da disposição) são preenchidos(as) com argumentos provenientes da *invenção* (plano retórico baseado principalmente

na seleção de elementos/dados para a construção do texto). A disposição, nesses limites, representaria uma espécie de plano de texto. Adam (2011), por outro lado, assevera que essa observação da forma como os gregos organizavam o texto, apesar de exemplificar bem a questão, não dá conta de todos os planos que temos hoje. Tendo em vista esse aspecto, a saída do autor foi uma definição crítica, tendo em vista marcas da estrutura composicional e do estatuto histórico dos gêneros, delimitando planos de texto (PT) convencionais ou fixos (PTF) e PT ocasionais (PTO) como possíveis bases analíticas.

Na obra de 2017, Adam reforça essa categorização e inclui uma descrição que nos parece pertinente para o estudo que desenvolvemos, inspirado no conceito do autor de plano de texto fixo. Optamos por tratar essa categoria, primeiramente, de “plano de gênero”, que seria, assim como os planos de texto fixo, determinado por certos gêneros. Nesse sentido, duas nomenclaturas referentes aos planos de texto apresentadas na obra particularmente nos interessam: planos pré-formatados por um gênero; planos não pré-formatados, próprios de um texto único.

Sobre essa questão existem diferentes questões a considerar, principalmente pelos gêneros não se caracterizarem ou não se definirem por aspectos puramente formais, mas sim por aspectos sociocomunicativos e linguísticos (Marcuschi, 2005). Há, por outro lado, casos em que a forma determina, sim, um gênero, assim como outros em que a função ou o local em que o gênero aparece será um determinante. Nesse sentido, convalidamos a perspectiva de Adam (2011), de que existem textos com planos de texto fixos e textos com planos ocasionais, ou, em outras palavras, que compartilham marcas composicionais na esfera em que circulam. Com nossa proposta de *plano de gênero*, defendíamos uma aproximação entre gêneros e o conceito de plano de texto, contudo, o termo “plano de gênero” tinha a particularidade de soar como uma tentativa de “formatar o gênero”, desconsiderando sua heterogeneidade constitutiva.

As críticas a uma organização ou a um uso normativo dos gêneros (Fiorin, 2016) aconteceram principalmente pela defesa de análises que visassem identificar, não só a forma, mas o porquê de o gênero apresentar uma determinada constituição, a maneira como ele surge ou qualquer outro elemento (função, esfera, suporte, entre outros). Para Fiorin (2016), por exemplo, o gênero é um evento único, portanto, apresenta uma estrutura composicional única (situação de enunciação). Assim, o foco está na RELATIVA estabilidade, não na “certa estabilidade” que ele também pode possuir.

A questão do plano de texto fixo de Adam parte também dos gêneros, mas diferenciando o texto do espaço onde estariam os gêneros (análise de discurso). Nesse sentido, Adam (2017) traz uma excelente contribuição à nossa propos-

⁵ Adam (2011, p. 208) afirma que na instrução-injunção “as formas de textualização variam bastante em função dos gêneros de incitação à ação”, não considerando a injunção uma sequência, justamente por não ser possível caracterizar um padrão na mesma direção das outras cinco sequências.

ta, pois nela o autor deixa mais claro o campo de abrangência dos gêneros, tendo em vista seus elementos composicionais. Nesse ponto, Adam apresenta a denominação alternativa de *planos pré-formatados para um gênero*, que adotamos no lugar de plano de texto, por nos parecer mais condizente com o tipo de observação proposto por nosso estudo. Endossamos essa questão e reformulamos nosso modelo tendo em vista esta denominação, mais adequada que a anterior, por mobilizar também um acento plural para a categoria, ou seja, a possibilidade de mais de um plano genérico para um determinado conjunto de textos.

Aproximação analítica de planos pré-formatado para um gênero

Partimos, em nossa proposta, da concepção bakhtiniana de gênero e de sua caracterização organizacional em tema, estilo e forma de composição (Bakhtin, 1992; Fiorin,

2015; Rojo e Barbosa, 2016; Costa, 2013). Acrescentamos a esses três aspectos do conceito bakhtiniano, outras particularidades das práticas discursivas dos gêneros, como esfera de circulação (domínio discursivo), evolução histórica (responsável por um plano futuro do gênero) e princípios analíticos (coletividade e individualidade). Nessa proposta, incluímos o conceito de plano de texto na linha de observação do *plano de composição* do gênero e, desse ponto, articulamos dois tipos de análise para atingir dois objetivos: (1) chegar ao plano pré-formatado para um gênero; (2) observar elementos composicionais de um dado texto, ou seja, ao modo como o gênero acontece como texto singular (Figura 2).

Com o esquema, direcionamos a definição “plano de texto” para um tipo de observação mais relacionada ao gênero do que à possibilidade de existência de um plano ou projeto de dizer também encontrada nos textos, a qual acreditamos ser vinculada ao estilo de autor (Costa, 2013). Apostamos na existência de uma espécie de cenografia⁶

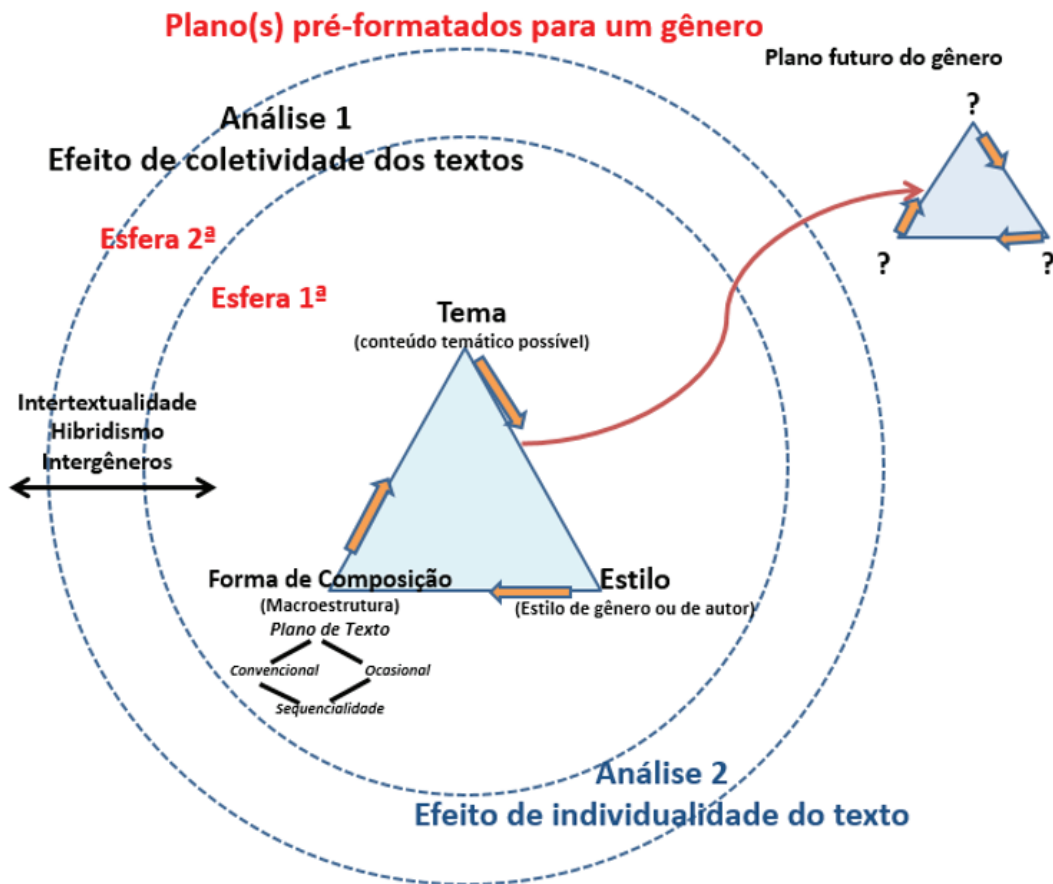


Figura 2. Plano pré-formatado para um gênero.

Figure 2. Pre-formatted plan for a genre.

⁶ Como apresentado, uma manifestação de forma recorrente nos gêneros, profundamente intrincada com a orientação argumentativa e com a rede sequencial que delimitam. O conceito aqui apresentado não se refere ao mesmo utilizado pela AD.

referencial para os gêneros, ou seja, alguns textos têm uma maneira de se manifestar recorrente, e ela está profundamente intrincada com a orientação argumentativa e com a rede sequencial, que delimitam, por sua vez, um plano pré-formatado de gênero (notícias, resenhas, fábulas, artigos científicos) ou, em casos particulares, não pré-formatado (anúncios, alguns tipos de poemas, etc.).

Salientamos que a existência de um plano pré-formatado não implica necessariamente um número ou posição de sequências de mesmo tipo em um texto. Nossos estudos anteriores (Catelão e Cavalcante, 2017) permitiram afirmar apenas efeitos de dominância sequencial. Cartas de suicídio (Catelão, 2013), por exemplo, revelam sequência argumentativa como dominante, inclusive “motivação para o suicídio” como orientação temática; nosso pequeno *corpus* de análise endossa algumas observações já realizadas por outros autores como Marcuschi (2005, p. 29). Praticar um gênero não requer apenas dominar um formato composicional, mas “uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”, e é essa forma de realização que destacamos no esquema como UM (de talvez outros) plano possível para a realização desse gênero. Portanto, não determinamos uma forma necessária e suficiente de materialização do texto, mas um nível de realização suficiente para que ele possa ser considerado uma carta pessoal, uma fábula, uma resenha acadêmica, etc. O que queremos dizer é que existem textos que apresentam *certa* materialidade ou certa estabilidade (acentuando, claro, o CERTA), assim como existem textos que podem se materializar de diferentes formas, como é o caso dos anúncios publicitários.

Por fim, há uma previsão na Figura 2 de realizações textuais chamada híbridas ou intergenéricas. Caracterizadas como exemplos singulares, essas construções se definem, em alguns casos, nos limites das trocas de esferas ou de domínios discursivos entre os textos. Como são construções únicas, destinamos uma seção especial para tratar de uma relação entre os planos pré-formatados e os casos de intertextualidade.

Intertextualidade e predomínio de função

Sobre esse tópico, não pretendemos ser exaustivos na classificação dos casos de intergêneros, apenas trazer alguns pontos de referência que permitam contribuir para a discussão aqui apresentada sobre os planos pré-formatados. Gignoux (2005) explica que o termo intertextualidade foi introduzido por Julia Kristeva na década de 1960, sendo, portanto, novo em sua área de estudo. Por outro lado, complementa a autora, outras correlações à intertextualidade já haviam aparecido antes, como o conceito bakhtiniano de dialogismo, ou outros mais antigos ainda, como de imitação, citação etc. Contudo, suas articulações, mais recentes e ligadas ao estudo da linguagem, revelam que, apesar de estar aparentemente

“na moda” – tendo em vista ser tema de pesquisas em todo o mundo –, a polissemia do termo intertexto ainda coloca alguns problemas em sua definição.

Desse liame, partimos de algumas conceituações possíveis dentro do que vem sendo discutido sobre os gêneros para contextualizar parte do campo da intertextualidade. Segundo Marcuschi (2005), no que diz respeito aos gêneros, eles são tipos de artefatos culturais construídos historicamente, não entidades naturais, o que torna sua definição e caracterização um pouco mais complexa. Essa observação retoma o que discute Adam (2017) sobre a heterogeneidade constitutiva dos gêneros em termos de não podermos definir um gênero por propriedades necessárias ou suficientes. Isso, por outro lado, não nos impede de gerar uma “previsão” possível para ele, ou seja, a existência de um plano pré-formatado ou não para determinadas classes de gêneros, como estamos defendendo nesse artigo. Relacionando isso à noção de intertextualidade, adicionamos a observação de Marcuschi (2005, p. 30) de que “um gênero pode não ter uma determinada propriedade e ainda continuar sendo aquele gênero”. Para exemplificar, destacamos os casos em que um texto assume a forma/função de outro de maneira não usual, ou seja, materializa-se um híbrido, um intertexto – a publicidade em formato de poema, o poema em forma de receita médica etc. Ressaltamos, para a mesma citação, que não cabem como intertexto os casos, também apresentados pelo autor, de textos que não apresentam uma de suas partes (a fábula que não traz sua moralidade explícita, a carta pessoal que não apresenta assinatura etc.), pois representariam um tipo de construção diferencial, mas não intertextos.

A discussão anterior ilustra, de certa forma, o posicionamento de Gignoux (2005) sobre a polissemia do termo. Por questões de espaço e filiação teórica, vamos ater-nos, por ora, a uma caracterização resumida do campo de abrangência da intertextualidade, relacionando a teoria com a noção de “intergêneros” apresentada por Marcuschi (2005). Sobre a intertextualidade nos textos, Gignoux (2005) demarca dois campos de estudo: (a) *os fenômenos de intertextualidade que se situam no interior do texto* delimitados pelos níveis *microestrutural* – citação, referência, alusão – e *macroestrutural* – pastiche, paródia, plágio e a *mise en abyme*; (b) *os fenômenos intertextuais que cercam o texto* – relações paratextuais, metatextuais, arquitextuais, intersemióticas. Os dois campos são definidos pela autora com base nos estudos de Laurent Jenny, Michael Riffaterre e Gérard Genette.

Dos campos apresentados, para a relação pretendida com os gêneros, os fenômenos macroestruturais e os que cercam o texto são os que abrem maior discussão sobre o engajamento entre a configuração do texto e a relação intergêneros. No primeiro grupo, a autora se apoia na reflexão de Genette sobre as práticas hipertextuais de imitação de um estilo, o pastiche, e de transformação de

um texto, a paródia. Em ambas, os limites de um texto e outro são transpostos por marcas linguísticas/estruturais relacionáveis aos elementos constitutivos dos gêneros: forma de composição e estilo. Nesse sentido, tanto a paródia quanto o pastiche estão organizados nos limites do que se definiria um estilo de gênero: a paródia é um tipo de caracterização em que um texto classificado como “nobre”, clássico, é transposto em um estilo “vulgar”, ou mais popular, com objetivo último de gerar uma sátira ou dar um tom mais lúdico ao texto; o pastiche, por outro lado, não apresenta um fim lúdico, mas é uma imitação do estilo de um texto presente em uma caracterização mais linguística, no entanto, para Gignoux (2005), uma paródia pode também se apoiar sobre o pastiche, imitando a sintaxe, o deslocamento de frases, etc.

Marcuschi (2005, p. 31) define, para a intertextualidade intergenérica, uma troca de função em que um gênero assume a função/formato de outro. Para o autor, são casos que não trazem dificuldade interpretativa, pois “o predomínio da função supera a forma na determinação do gênero”. No esquema apresentado na Figura 2, traçamos essa noção pela transposição de um gênero de uma esfera a outra. Trata-se de uma característica mais propensa a alguns gêneros, principalmente os publicitários, que visam a atender a um

fim específico, ou seja, atendem a uma determinada ação de linguagem e, para tanto, constroem essa função por meio de uma imitação de forma ou estilo de um gênero.

O exemplo que trazemos para análise a seguir reflete parte dessa transposição entre forma/função, ilustrando também os limites do que defendemos como existência de um plano ou de planos pré-formatado(s) para um gênero.

Hibridismo em contraste com planos pré-formatados para um gênero

Em um estudo anterior, ainda no prelo, aplicamos o esquema apresentado na Figura 2 na análise de fábulas com base na caracterização do gênero realizada por alguns autores de teoria literária brasileira. Naquele momento, chegamos a um plano pré-formatado que evidenciou, de forma característica, para o tema a ideia de moralidade (ensinamento, lição de vida); estilo de gênero delimitado (mas não necessariamente limitado) aos formatos prosa ou verso; forma de composição com sequência matriz narrativa dominante (corpo da fábula) e argumentativa encaixada.

Defendemos, naquele estudo, que o plano encontrado marcava certa estabilidade também presente em

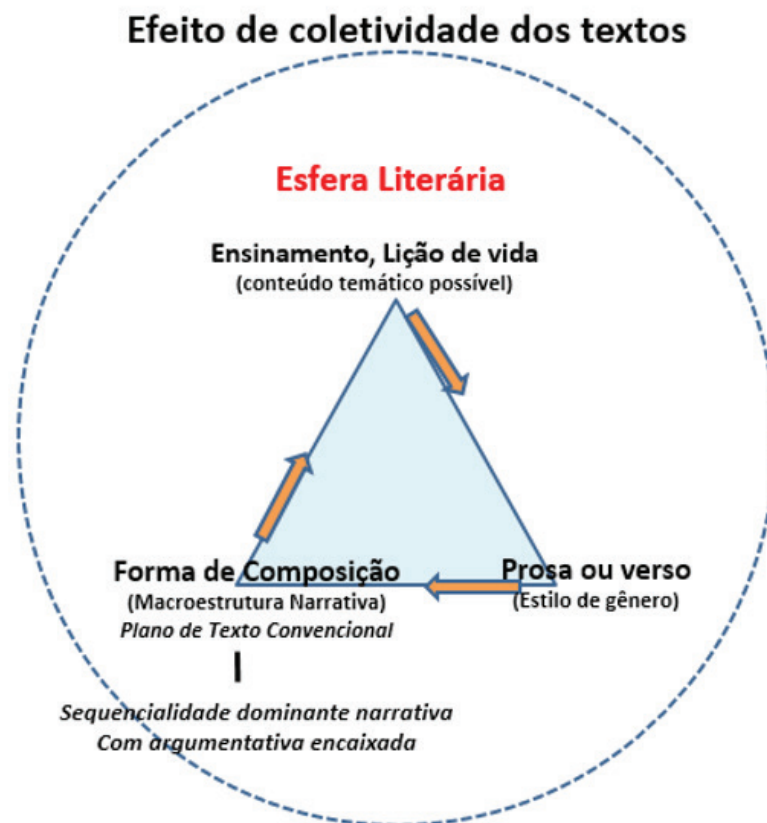


Figura 3. Plano pré-formatado para a fábula
Figure 3. Pre-formatted plan for a fable.

outros gêneros com formatos mais fixos, ou seja, similar à proposta de Adam (2011, 2017) sobre a existência de planos de texto fixos mais ou menos estáveis para alguns gêneros. Um outro texto, porém, nos chamou atenção por revelar outra possibilidade analítica atrelada à estrutura da fábula por algumas marcas composicionais, mas que discursivamente apresentava outra finalidade, além de circular em outra esfera.

O texto de Jô Soares, originalmente publicado na revista *Veja* em 1 de abril de 1992, revelou-se um caso, a nosso ver representativo, de um dos tipos de intertextualidade que se aproxima bem do que Marcuschi (2005) denomina como intergenericidade e troca de função. Esse caso particular de intertexto traz consigo, inclusive, uma espécie de nomeação do gênero que já o caracteriza com

marcas diferenciadas de sua matriz original, uma “desfábula”. Por outro lado, essa desfábula carrega consigo marcas composicionais (formato) de gênero características de uma fábula tradicional. Utilizando as marcações realizadas por Marcuschi (2005), seria a forma da fábula em função da crônica, inter cruzando forma e função de dois gêneros distintos e também cruzando esferas de circulação dos dois gêneros, a literária e a jornalística, conforme Figura 4.

Pelo esquema apresentado na Figura 3, plano pré-formatado para a fábula, um outro esquema com destaque para a intertextualidade poderia ser traçado da seguinte forma, conforme mostra a Figura 5.

Pelo esquema, é possível perceber um claro inter cruzamento de elementos do nível composicional,

JÔ SOARES

Desfabulando

A raposa e as uvas

Passava certo dia uma raposa perto de uma videira. Apesar de normalmente nunca se alimentar de uvas, pois se trata de um animal carnívoro e não vegetariano — o que nos faz desconfiar um pouco da fábula original —, sua atenção foi chamada pela beleza dos cachos que reluziam ao sol. Fenômeno estranhíssimo, uma vez que, geralmente, para desespero dos ecologistas, dos adeptos de alimentos naturais, toda fruta cultivada é revestida por uma fina camada protetora de inseticida e dificilmente pode refletir a luz solar com tal intensidade. Sendo curiosa e matreira como toda raposa matreira e curiosa, aproximou-se para melhor observar a videira. Os cachos estavam colocados muito acima de sua cabeça, e o animal (sem insulto) não teve oportunidade de prová-los, mas, sendo grande conhecedor de frutas, bastou-lhe um olhar para perceber que as uvas não estavam maduras.

“Estão verdes” — disse a raposa, deixando estupefatos dois coelhos que estavam ali perto e que nunca tinham visto uma raposa falar. Aliás, depois dos últimos acontecimentos envolvendo gravadores ocultos, as raposas andavam cada vez mais caladas. Na verdade, seu comentário foi ainda mais espantoso, uma vez que as uvas não eram do tipo moscatel, mas sim pequeninas e pretas, podendo facilmente serem confundidas, à primeira vista, com jabuticabas. Note-se

por esse pequeno detalhe aparentemente sem importância o profundo conhecimento que a raposa tinha de uvas ao afirmar, com convicção, que, apesar de pretas, elas eram verdes. Dito isso, afastou-se daquele local e foi tentar mais uma vez comer o queijo do corvo, outra compulsão neurótica, pois sabemos perfeitamente que a raposa odeia queijo. Horas



depois, passa em frente à mesma videira outra *canis vulpes* (nome sofisticado do mesmo bicho), mais alta do que a primeira. Sua cabeça alcança os cachos e ela os devora avidamente. No dia seguinte ao frutífero festim, o pobre bicho acorda com lancinantes dores estomacais. Seu veterinário, imediatamente convocado, diagnostica uma intoxicação provocada por farta ingestão de uvas verdes.

Moral: “Nem todas as raposas são despiciadas”.

VEJA, 1º DE ABRIL, 1992

Figura 4. Texto de Jô Soares.

Figure 4. Jô Soares' text.

Fonte: Soares (1992, p. 13).

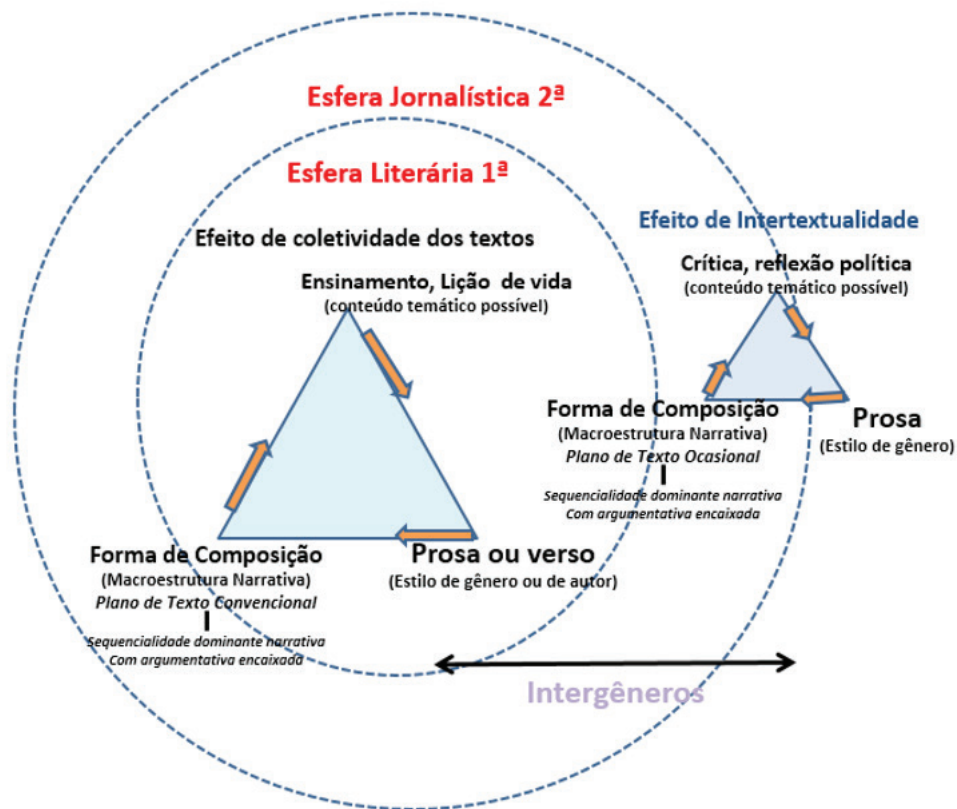


Figura 5. Plano pré-formatado para a intertextualidade.
Figure 5. Pre-formatted plan for the intertextuality.

em especial na forma de composição. A forma de composição dessa “desfábula” apresenta o que seria um plano de texto convencional para a fábula, mas ocasional nos limites do que se conduziria para a crônica, que, apesar de pender para um tipo de narrativa, possui estrutura livre. Esse fato possibilitaria múltiplas opções analíticas, mas nos conduziremos apenas pelo viés intertextual com a fábula.

No plano composicional, a sequencialidade dominante continua sendo a narrativa, em comparação com o plano apresentado para a fábula, porém as marcas argumentativas aparecem com maior representatividade além do que seria visualizado na moral expressa. Trechos como: “Fenômeno estranhíssimo, uma vez que, geralmente, para desespero dos ecologistas. Dos adeptos de alimentos naturais, toda fruta cultivada é revestida por uma fina camada protetora de inseticida e dificilmente pode refletir a luz solar com tal intensidade” apresentam-se como desvios narrativos para macroações argumentativas. Eles trazem outras vozes ao texto com o objetivo de satirizar os ditames da estrutura narrativa da fábula original com acréscimos de fatos contemporâneos que rementem aos elementos constitutivos dessa narrativa, elementos próprios do gênero crônica.

Quanto ao estilo, marcamos como característica geral do gênero a prosa, mas que, por uma análise pela perspectiva “estilo de autor”, revela outras características como a escolha do gênero para entrecruzamento, as citações com referência política (mesmo que não explícitas), entre outras, remetendo à fábula e à crônica. Os próprios encaixes argumentativos anteriormente citados apontam para uma espécie de estilo do autor em termos de escolhas linguísticas, semânticas e lexicais, mas também próprias de um estilo de gênero da fábula (alegorias, tom irônico da narrativa etc.). Essas passagens indicam uma intertextualidade com propósitos típicos da fábula, como tratar das situações cotidianas de forma alegórica e tecer comentários diretos sobre certos comportamentos. Além disso, fazem-se ouvir, por esses jogos intertextuais, diferentes vozes, como a dos ecologistas, a dos adeptos de alimentos naturais, a da valoração dos tipos de fruta, na comparação das uvas com jabuticabas, tudo isso torna o texto mais próximo de nosso contexto e do esperado para a crônica. A crítica política, no entanto, assim como na fábula, é velada para uma situação ocorrida na época de sua produção, como vemos no trecho: “Aliás, depois dos últimos acontecimentos envolvendo gravadores ocultos, as raposas andavam cada vez mais caladas”,

em que as raposas aparecem alegoricamente ligadas às noções de esperteza, corrupção, ganância, próprias da estrutura das fábulas.

Com destaque ainda às marcas intertextuais, uma diferença significativa aparece exatamente junto à temática do texto, que não traz necessariamente uma lição de vida, mas representa muito mais questionamento, crítica ou reflexão sobre fatos da atualidade (orientação dada à crônica jornalística) em que o texto foi produzido, o momento político do país, a questão envolvendo “gravadores ocultos”, fatos de corrupção, mascarados na temática geral da fábula, que visava moralizar, trazer ensinamento.

No que se refere à observação de um plano pré-formatado, o híbrido se forma, nesse caso, nos limites de uma troca de esferas. A mistura altera as ações visadas pelo discurso, mudando progressivamente o tipo de ação discursiva. O objetivo final é atender ao propósito comunicativo mais ligado à esfera em que o texto circula, a jornalística, com a marcação de fatos da atualidade ou cotidianos.

Em resumo, forma, tema e estilo agem paralelamente na construção do significado, direcionando argumentativamente o texto. Em outras palavras, temos um texto com função de crônica, no formato de fábula, nomeado pelo autor como uma “desfabula”.

Considerações finais de análise

Seria prematuro ainda trazer para nosso esquema de análise/discussão conclusões para o que defendemos como planos pré-formatados. Preferimos direcionar a questão para uma aplicação que vem sendo realizada por professores e pesquisadores nas diferentes instituições de ensino. No Brasil, mesmo que consideremos discutível qualquer tentativa de prototipificação de gênero, vemos que o que é realizado em nossas escolas e que aparece em livros didáticos e manuais que se propõem ao estudo dos gêneros é uma espécie de plano textual, não nos limites do que discute Adam (2011, 2017), mas pelos caminhos que os profissionais do ensino encontram para gerir a utilização dos gêneros como foco do ensino.

Em nossa proposta, objetivamos chegar o mais próximo possível das considerações do que realmente representaria um plano de texto fixo, tendo em vista o clássico conceito da relativa estabilidade dos gêneros. Os dados, até o momento, revelam que a maior parte dos estudos e materiais que tratam dos gêneros acabam por determinar a possibilidade de planos pré-formatados para alguns gêneros e de planos próprios de um texto único para muitos outros. Assim, os casos de intergêneros são

só uma disposição à parte que alia discurso/texto em um tipo de construção particular, mas que chama atenção para a ação discursiva visada e para como é possível inovar uma estrutura. Isso demonstra como variados são os artefatos culturais construídos historicamente, como bem argumentou Marcuschi (2005).

Enfim, acrescentamos que as discussões hoje sobre os gêneros abrem cada vez mais possibilidades de estudo. A reedição da obra de Adam (2017), que marcou significativamente o estudo dos textos pela proposta das seqüências nos anos 1990, vem, mais uma vez, provocar nossos olhares sobre o texto e trazer ainda mais possibilidades explicativas, seja para os planos pré-formatados, seja para os textos de incitação à ação, seja para os casos de intertextualidade, ou para qualquer outra proposta que a leitura da obra possa conduzir no campo da Linguística Textual.

Referências

- ADAM, J.M. 2011. *A Linguística textual*. São Paulo, Cortez, 376 p.
- ADAM, J.M. 2017. *Les Textes: types et prototypes*. Paris, Armand Colin, 336 p.
- ADAM, J.M. 2008. Período. In: P. CHARAUDEAU; D. MAINGUE-NEAU (eds.), *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo, Contexto, 373 p.
- BAKHTIN, M.M. 1992. Os gêneros do discurso. In: M.M. BAKHTIN (ed.), *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, p. 277-326.
- CATELÃO, E.M.; CAVALCANTE, M.M. 2017. Plano pré-formatado para um gênero. *Linguagem em (Dis)curso*, 17(3):399-417. <https://doi.org/10.1590/1982-4017-170307-2717>
- CATELÃO, E.M. 2013. *Revelando motivos: a argumentação suicida sob as perspectivas textual/discursiva e retórica*. Curitiba, PR. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, 237 p.
- COSTA, I.B. 2013. Gênero e Estilo. *Revista Letras*, 88:151-169. <https://doi.org/10.5380/rel.v88i1.30899>
- FIORIN, J.L. 2016. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo, Contexto, 160 p.
- GIGNOUX, A.C. 2005. *Iniciation à l'intertextualité*. Paris, Ellipses, 156 p.
- MARCUSCHI, L.A. 2005. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: A.P. DIONISIO; A.R. MACHADO (eds.), *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro, Lucerna, p. 19-36.
- MEURER, J.L. et al. (orgs.). 2005. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo, Parábola Editorial, 295 p.
- ROJO, R.; BARBOSA, J.P. 2015. *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. São Paulo, Parábola, 152 p.
- SOARES, J. 1992. Desfabulando: a raposa e as uvas. *Vêja*, edição 01 abr., p. 13.
- WACHOWICZ, T.C. 2010. *Análise linguística nos gêneros textuais*. Curitiba, IBPEX, 168 p.

Submetido: 31/08/2017

Aceito: 06/08/2018